

ATA Nº. 6

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Arraiolos, pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na sala de reuniões do edifício Arraiolos Multiusos.

Estiveram presentes:

- Sílvia Cristina Tirapicos Pinto, *Presidente*
- Catarina Cartaxo Correia dos Loios – 1ª. *Secretária*
- José Augusto Silva Rosalino – 2º. *Secretário*

E os membros:

Bruno Miguel Teixeira Queirós; Helena Sofia Faria Herdadinha; Rui Manuel Cosme Estriga; José Manuel Nunes Pinto; Margarida dos Loios Condeço; Filipe Nuno Beja Silva Tavares Simões; António José Rocha Barreto; Manuel Dinis Passinhas Cabeça; Maria Manuel Pimpão Gabriel; Cláudia Sobreiro Monteiro; Carlos Cartaxo Correia dos Loios; António Maria Neutel Pequito Costelas Garcia; Sandra Maria Marques Serra Alpiarç; Nuno Manuel Valadas Rebocho e Pedro Manuel Martins Silveira.

Faltaram, por motivo justificado: Isabel Maria Pereira Lobato e Lara Guadalupe Gingão, que, nos termos dos artºs. 78º e 79º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, foram substituídos por Pedro Correia e Paulo Silva, respetivamente.

Verificou-se ainda a ausência do Daniel Fernando Canôa Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Gafanhoeira, por impedimento, comunicada por escrito à Mesa, sendo substituído pela Tesoureira Helena Falcão, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º da legislação já indicada.

Do órgão executivo estavam presentes, o Sr. Presidente e os Vereadores Rodrigo José de Deus Panelas, Ana Raquel Portalegre Tomaz e Gonçalo Alexandre Coelho Lopes.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da A. M. deu início à sessão cumprimentando todos os presentes indicando que alguns membros ainda estavam em falta, mas segundo informações estariam a todo o momento a participar, citando o caso de Bruno Queirós, Paulo Silva, Rui Estriga e Filipe Simões.

De seguida propôs que a próxima sessão da Assembleia Municipal seja descentralizada, apontando para a sua realização numa das novas freguesias – Sabugueiro – colocando essa possibilidade ao Presidente da Junta de Freguesia, Pedro Silveiro, que manifestou concordância.

Conforme ordem de inscrição intervieram:

- **Cláudia Monteiro** apresentou uma proposta/recomendação quanto ao Parque Infantil da Igreja, junto ao campo de padel, que sendo o espaço da responsabilidade municipal e muito frequentado, alertou para a ausência de sombras, o que faz com que os equipamentos aqueçam significativamente durante os meses de maior calor, tornando a sua utilização desconfortável. Questionou se está prevista a colocação de sombreamento para maior comodidade dos utilizadores. Por fim, sinalizou a falta de avisos sobre as condições de segurança num dos baloiços, presumindo que a placa informativa existente tenha caído, solicitando a devida verificação.
- **Maria Manuel** referiu ter deixado sobre a mesa da Assembleia e na do Executivo uma folha (página 55) da Carta Municipal de Habitação apresentada na reunião anterior e à qual foram na altura colocadas questões que o Presidente da Câmara teve a amabilidade de responder por escrito, contudo, subsistia uma dúvida relativamente ao valor apresentado na dita página, uma vez que menciona o montante de 17.029 em euros, enquanto o quadro apresenta o valor em milhares de euros, questionando qual das referências estaria correta. Referiu que a resposta recebida parece estar de acordo com o valor constante do quadro, pretendendo apenas confirmar se tratava de um lapso ou se estava a interpretar incorretamente a informação.
- **Pedro Correia** iniciou a sua intervenção assinalando a recente celebração do 25 de Abril, referindo que participou, pela primeira vez, na tradicional descida da Avenida da Liberdade, em Lisboa. Destacou a forte adesão popular, a presença de numerosos cravos e o simbolismo da celebração, considerando-a uma experiência marcante. Acrescentou ainda ter encontrado algumas pessoas conhecidas do concelho, deixando registada essa nota. Relativamente aos assuntos apresentados no período antes da ordem do dia, começou por questionar o ponto de situação da Comissão de Análise do Regimento, recordando que a sua constituição foi proposta na primeira Assembleia Municipal do mandato, mas que, até ao momento, ainda não tinha reunido. Nesse sentido, solicitou esclarecimentos à Presidente da Assembleia Municipal sobre o andamento deste processo. De seguida, abordou a questão dos compromissos plurianuais, referindo que, na análise da documentação, verificaram a existência de três contratos de seguros celebrados com entidades distintas. Questionou, por isso, qual a justificação e necessidade de recorrer a três empresas diferentes para a prestação desses serviços. Por fim, referiu a recente reunião do Conselho Local de Ação Social (CLAS) e salientou as dificuldades frequentemente enfrentadas pelas Instituições

Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho, nomeadamente ao nível dos recursos humanos, do financiamento e de outras necessidades operacionais, neste contexto, questionou o Presidente da Câmara sobre quais são atualmente as principais preocupações identificadas pelas IPSS e se o Município dispõe de capacidade para apoiar e responder às dificuldades existentes

- **José Manuel** em representação dos eleitos da CDU, apresentou uma saudação ao 1.º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores, destacando a sua importância histórica e a sua ligação aos valores da liberdade, democracia e direitos conquistados com o 25 de Abril. De seguida passou à leitura de texto que se transcreve:

“No dia 1 de Maio de 1886, em Chicago, duas centenas de milhares de operários recusaram-se a trabalhar e exigiram o estabelecimento da jornada de 8 horas de trabalho, sendo reprimidas pelas forças policiais. Festejar o 1º de Maio, neste ano de 2026, passados 140 anos sobre aqueles acontecimentos, é dignificar essa luta e defender o futuro dos trabalhadores.

Para os trabalhadores portugueses e para as organizações sindicais, o 1º de Maio de 2026 é marcado pela proposta governamental de alteração à legislação laboral, cujo conteúdo merece repúdio dos trabalhadores, pelo que representa de retrocesso nas relações laborais e na retirada de direitos, nomeadamente com a desregulamentação do horário de trabalho, banco de horas individual, horários de amamentação e direito à greve. A postura inflexível do governo é de tal forma confrangedora que as associações patronais mostram dificuldades em defender a proposta de Sra. Ministra.

Excluir a CGTP, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses Intersindical Nacional das Negociações, pressionar e atribuir culpas diretas à UGT União Geral dos Trabalhadores pela falta de acordo, é uma afronta aos mais elementares direitos dos trabalhadores, sobretudo depois da esclarecedora greve geral. Acusar os representantes dos trabalhadores de falta de vontade política, no contexto do que o governo propôs, deve deixar-nos preocupados quanto às pretensões no que chamou Reforma Trabalho 21. Não é todo aceitável defender o banco de horas individual e entregar a vida privada de cada trabalhador ao patronato, sem que nós, trabalhadores, possamos conciliar o trabalho e a vida familiar.

Isto é verdade. Não importa mitigar tal situação. Não é aceitável retirar às mulheres e às crianças o direito de horário reduzido para a amamentação, para não falar dos trabalhadores com filhos menores ou com necessidades especiais, e eu sei o que é isso, por mim próprio, que já fui criança, obrigados ao trabalho noturno ou por turnos.

Neste contexto, os eleitos da CDU saúdam todos os trabalhadores portugueses, saudamos o movimento sindical pela persistente defesa dos trabalhadores, saudamos as comemorações do 1º de Maio, saudamos a luta dos trabalhadores e manifestamos-lhe toda a solidariedade na luta desenvolvida e por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. Esta é a saudação apresentada pelos eleitos da CDU nesta Assembleia Municipal de Arraiolos, dia 30 de Abril de 2026.

Vivam os trabalhadores portugueses.”

- **Carlos Loios**, Presidente da Junta de Freguesia de Arraiolos, destacou a forte adesão da população às iniciativas promovidas durante o mês de abril, no âmbito das comemorações dos 52 anos do 25 de Abril. Referiu que as diversas atividades desportivas, culturais e recreativas realizadas em todas as freguesias, bem como a sessão solene e os espetáculos promovidos, demonstraram o envolvimento da comunidade. Agradeceu o empenho da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia, dos respetivos trabalhadores, das associações e coletividades culturais, desportivas e sociais que colaboraram na organização das iniciativas. Como exemplo do sucesso das comemorações, salientou a participação de mais de 150 crianças na Corrida da Liberdade e de mais de 50 equipas na estafeta comemorativa do 25 de Abril, sublinhando ainda a elevada participação da população nos convívios e espetáculos realizados.
- **Margarida Condeço** apresentou uma saudação sobre o 25 de Abril e os 50 anos da Constituição, cujo texto se transcreve:

“Há 5 dias atrás, por todo o país, as comemorações do quinquagésimo segundo aniversário do 25 de abril assumiram uma expressão popular significativa, de defesa da liberdade e da democracia, pelas quais gerações de resistentes anti-fascistas lutaram, e a que o movimento dos capitães deu corpo nessa madrugada de 1974, de defesa das conquistas alcançadas - o fim da guerra colonial e a independência das ex-colónias, e cooperação com todos os povos do mundo, a Reforma Agrária, o serviço nacional de saúde, escola pública, criação do salário mínimo nacional e trabalho com direitos, acesso livre à cultura, desporto e associativismo.

Conquista maior do 25 de Abril foi o poder local democrático. Se antes as câmaras municipais e as juntas de freguesias eram nomeadas pelo governo fascista, passaram a ser os cidadãos a eleger de forma livre e democrática os seus representantes nos órgãos das autarquias locais, cujo quinquagésimo aniversário das primeiras eleições é celebrado no dia 12 de dezembro.

A obra realizada pelo poder local democrático está à vista - basta percorrer as nossas aldeias e vilas, mesmo os lugares mais isolados, para comprovar as profundas alterações verificadas.

Como em todo o país, também no nosso concelho o dia 25 de abril deste ano representou uma demonstração de tudo o que foi conquistado ao longo dos últimos anos. A presença de muitos jovens em todas as iniciativas, transmite esperança e a certeza de que, em tempos sombrios como os que atravessamos, estão reunidas as forças para defender e continuar Abril. Para defender a Constituição da República Portuguesa que há 50 anos foi aprovada e promulgada, das mais progressistas e avançadas do mundo - expressão do processo revolucionário e da luta do nosso povo.

Defender a Constituição é defender os nossos direitos, a nossa liberdade, a democracia, o poder local democrático, e os valores de Abril."

Esgotadas as inscrições, a Presidente da A. M. deu a palavra ao Presidente da Câmara, que cumprimentou todos os presentes e respondendo às questões colocadas informou que o parque infantil junto ao campo de padel ainda não se encontra concluído, faltando a instalação de algum mobiliário, barreiras de proteção e estruturas de sombreamento, não podendo, para já, indicar uma data para a conclusão da obra.

Relativamente à questão levantada sobre os valores apresentados, esclareceu que faltava apenas a indicação de que o montante de 17.029 se encontrava expresso em milhares de euros.

Quanto à existência de empresas de seguros, explicou que tal resulta da realização de concursos públicos com vários lotes, que podem ser adjudicados a entidades diferentes, bem como da necessidade pontual de recorrer a procedimentos adicionais não abrangidos pelo contrato principal.

Sobre as preocupações manifestadas no âmbito do CLASA relativamente às IPSS e à Santa Casa da Misericórdia, referiu que estas decorrem sobretudo das dificuldades financeiras que as instituições atravessam e da inexistência de financiamento comunitário para a ampliação dos seus equipamentos. Sublinhou que o aumento da capacidade instalada e dos acordos com a Segurança Social poderia contribuir para a sua sustentabilidade.

Por fim, destacou o apoio que o Município tem prestado ao setor social e às IPSS do concelho, reconhecendo, contudo, que estas entidades enfrentam crescentes dificuldades devido ao aumento generalizado dos custos e à diminuição do poder de compra.

A Presidente da A. M. esclareceu que a reunião sobre o Regimento esteve efetivamente agendada para fevereiro, mas teve de ser adiada por motivos pessoais, no entanto, irá ser remarcada em breve, após articular com os membros Helena Herdadinha e Bruno Queirós uma nova data para a sua realização.

Na segunda ronda entrevistaram:

- **José Manuel** apresentou uma intervenção na qual registou a sua opinião e felicitou os participantes na Sessão Solene evocativa do 25 de Abril, destacando particularmente os jovens intervenientes, para além da Sílvia e Jorge. Elogiou a qualidade das intervenções realizadas, salientando a promoção de valores fundamentais como a construção de um Estado ao serviço das pessoas, a justiça social, a participação cívica e a dignidade humana. Referiu ainda a importância da democracia participativa, do pluralismo, da diversidade de ideias, da liberdade de expressão e do respeito pelas diferenças. Destacou a necessidade de combater as desigualdades e de promover um maior equilíbrio territorial e social, defendendo simultaneamente o incentivo à iniciativa e à criatividade das pessoas e das organizações, sem que o Estado substitua o papel destas. Sublinhou igualmente a importância de garantir o direito à diferença e a igualdade efetiva de oportunidades, defendendo uma sociedade em que ninguém fique para trás e que promova a coesão social e o progresso coletivo. Concluiu apelando ao diálogo, à concertação e à procura de consensos com tolerância e respeito entre interesses divergentes, agradecendo as intervenções na Sessão Solene do 25 de Abril.
- **Bruno Queirós** cumprimentou os presentes e justificou o seu atraso com a participação simultânea na Assembleia Intermunicipal do Alentejo Central, apelando a uma melhor articulação na marcação das reuniões para evitar conflitos de agenda. Agradeceu ainda as palavras dirigidas aos jovens intervenientes. Referiu que o Partido Socialista reuniu recentemente com várias IPSS do concelho, incluindo a Santa Casa da Misericórdia de Vimeiro, tendo sido identificado um crescente número de funcionários de diferentes nacionalidades. Salientou os desafios de comunicação resultantes das barreiras linguísticas, sobretudo com pessoas que não dominam português nem inglês, e questionou a Câmara Municipal sobre a possibilidade de implementar medidas de apoio à integração, nomeadamente através de mecanismos de tradução ou outras soluções que facilitem a comunicação entre utentes e serviços.

No uso da palavra o Presidente da C. M. agradeceu as palavras do Carlos Loios relativas às comemorações do 25 de Abril, sublinhando que estas decorreram muito bem no concelho, com grande adesão e participação ao longo de um mês intenso de atividades, indo ao encontro dos objetivos municipais de valorização contínua dos valores de Abril.

Relativamente à última questão colocada, referiu que a falta de pessoal constitui uma dificuldade significativa nas IPSS e nas Misericórdias. Mencionou ter conhecimento de que a Santa Casa da Misericórdia de Vimieiro já integra trabalhadores de várias nacionalidades, incluindo alguns de expressão portuguesa, como brasileiros. Acrescentou que na reunião do CLASA como noutras ao

longo do ano, não foi identificada necessidade adicional neste âmbito, reiterando, ainda assim, a disponibilidade do Município para continuar a colaborar e apoiar nestas matérias.

A Presidente da A. M. agradeceu a intervenção do José Manuel, destacando o sucesso da Sessão Solene, salientou que se tratou de uma sessão muito bonita, na qual foi valorizado o que une os presentes, nomeadamente a defesa da democracia e da liberdade. Defendeu a importância de continuar o trabalho conjunto na procura das melhores soluções para a comunidade. Referiu que todos saíram da sessão com uma energia renovada para defender os valores de Abril, a liberdade e a democracia, bem como para trabalhar em prol dos cidadãos do concelho de Arraiolos. Reforçou que a missão dos presentes é servir a comunidade, sendo esse o fundamento da sua participação.

De seguida, colocou em discussão a ata 3 de 30/12/2025, a qual foi remetida a todos os membros antecipadamente.

Solicitando a palavra **Rui Estriga** manifestou interesse em retomar o assunto anterior indicando que o IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional integra o conjunto de formações relevantes nessa área, sublinhando a existência de programa de curso de português para quem acolhemos. Acrescentou ainda que o Presidente da Câmara pode, sempre que entender, contar com essa disponibilidade institucional, algo que, segundo referiu, já havia abordado em reuniões anteriores.

Retomando o assunto da ata, interveio **Bruno Queirós**, solicitando, em primeiro lugar, atenção para a necessidade de assegurar equidade na descrição das intervenções, defendendo uma maior pormenorização das questões e observações apresentadas pelo Partido Socialista durante a discussão do Orçamento para o presente ano. Nesse sentido, requereu que essas intervenções fossem devidamente refletidas na ata de forma mais completa e rigorosa. Solicitou ainda o aditamento de uma referência que traduzisse a posição assumida pelo Partido Socialista relativamente à votação do Orçamento, esclarecendo que o partido não se encontrava em condições de votar favoravelmente o documento, uma vez que as questões e preocupações apresentadas durante o debate não obtiveram resposta considerada satisfatória.

A Presidente da Assembleia Municipal propôs que o aditamento pretendido fosse apresentado por correio eletrónico, reconhecendo que a elaboração da presente ata se revelou particularmente complexa, atendendo à duração e extensão da reunião.

Não havendo mais objeções colocou o documento à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade.

Esgotadas as inscrições, a Presidente da Mesa deu por encerrado este período passando à ordem de trabalhos.

Período da Ordem do Dia

A Assembleia foi convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Informação do Presidente sobre atividade municipal;**
- 2. Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2025;**
- 3. Proposta de não transferência de competências para as freguesias de Arraiolos, Vimieiro, Igreja e União de Freguesias de S. Gregório e Santa Justa;**
- 4. Propostas de Autos de Transferência de Recursos a celebrar com as Freguesias de Arraiolos, Vimieiro, Igreja e União de Freguesias de S. Gregório e Santa Justa;**
- 5. Protocolo a estabelecer com a Junta de Freguesia de Vimieiro.**

1. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL:

No cumprimento da legislação foi remetida antecipadamente informação relativa à atividade que decorreu entre a última reunião e a presente, que ficará arquivada na pasta de atas (2025-2029).

Conforme ordem de inscrição intervieram:

- **Maria Manuel** indicou ter suscitado uma dúvida relativamente ao mapa de aquisições de bens e serviços, no tocante à aquisição de um espetáculo para o evento “O Tapete Está na Rua”, no valor de 15.000 €, questionando se o procedimento já se encontrava contratualizado ou se se tratava de um lapso constante da documentação apresentada.
- **Pedro Correia** questionou o Executivo sobre o ponto referente ao Gabinete de Gestão Estratégica e Desenvolvimento Económico, concretamente na área do desenvolvimento económico, solicitando esclarecimentos acerca das novas candidaturas em preparação no âmbito do PT2030 e do PRR. Pretendeu saber quais as candidaturas atualmente em consideração ou, pelo menos, em que tipologias, programas ou componentes se enquadram essas candidaturas.
- **Bruno Queirós** referiu que as questões que pretendia colocar incidiam sobre as áreas estratégicas da saúde e da juventude. No âmbito da saúde, solicitou informação sobre o ponto de situação da reunião realizada com a Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, questionando quais as medidas concretas que poderão ter resultado desse encontro para responder às necessidades identificadas no concelho, em particular às que afetam os municípios de Arraiolos. Relativamente à juventude, questionou quais os incentivos, medidas ou projetos que estão a ser preparados para melhorar as condições de vida dos jovens no concelho. Salientou que, embora a Estratégia Local de Habitação contemple algumas respostas nesta matéria, a fixação de jovens no território depende também da criação de

oportunidades de emprego, considerando essencial uma abordagem integrada que assegure condições de permanência sustentáveis.

O Presidente da Câmara Municipal, em resposta às questões colocadas, esclareceu que o procedimento referido respeita a uma das contratações já realizadas para a edição deste ano do Tapete Está na Rua, correspondendo ao grupo ATOA. Relativamente às candidaturas em preparação, informou que, desde a última sessão da Assembleia Municipal, foram submetidas duas candidaturas. A primeira refere-se ao Centro Comunitário das Ilhas, já aprovada, encontrando-se a respetiva obra numa fase avançada de execução. A segunda diz respeito ao projeto “Poeta”, cuja candidatura também foi submetida. Referiu que, no âmbito deste projeto, foi lançado um concurso público no valor de 2.300.000 euros, que ficou deserto, tendo sido posteriormente relançado por 2.600.000 euros, igualmente sem concorrentes, refletindo as dificuldades atuais na contratação de empreiteiros para execução de obras. Acrescentou que existem outros projetos em fase de preparação para candidatura, destacando o “Clico Urbano da Água”, destinado sobretudo ao Vimeiro, cuja submissão está prevista para o próximo semestre, podendo vir a abranger também a Rua Capitão Gomes Pereira - Igrejinha. Referiu ainda que os níveis de execução do PT2030 permanecem reduzidos, existindo pressão por parte da CCDR e da CIMAC para acelerar a concretização dos projetos. Informou igualmente estarem previstas candidaturas na área da eficiência energética, abrangendo o parque escolar, o gimnodesportivo e com isso o estádio Cunha Rivara. Destacou ainda o projeto do laboratório têxtil, que reúne condições para avançar para concurso público e subsequente candidatura. Quanto ao Palácio dos Condes, no Vimeiro, referiu que se encontra em execução a primeira fase da obra, embora ainda sem financiamento assegurado. Informou que foi realizado um concurso público de ideias e que o júri, constituído por dois técnicos municipais e um representante da Ordem dos Arquitetos, reuniu recentemente, estando prevista nova reunião para conclusão do processo e seleção da proposta a desenvolver, condição necessária para futura apresentação de candidatura. No que respeita à área da saúde, informou que, na reunião realizada com a ULSAC, foi manifestada preocupação relativamente à falta de médicos, situação que entretanto se agravou, pois atualmente apenas dispõe de um médico em funções, apoiado por médicos tarefeiros que asseguram a consulta aberta e o atendimento a utentes sem médico de família. Explicou que a Dr^a. Mónica se encontra em recuperação após intervenção cirúrgica e que a Dr^a. Inês entrou igualmente de baixa médica, circunstâncias que deixaram os serviços, durante várias semanas, com apenas um médico disponível. Referiu ainda que esta matéria foi abordada no âmbito da eventual transferência de competências na área da saúde, defendendo que tal só deverá ocorrer quando estiverem garantidas condições mínimas de funcionamento, nomeadamente a existência de quatro médicos e a resolução de situações de precariedade existentes.

Relativamente à fixação de população, salientou que o Município tem vindo a trabalhar na criação de condições que permitam atrair e fixar jovens no concelho, reconhecendo, contudo, que se trata de um processo complexo e fortemente dependente da criação de emprego. Referiu que se encontram em desenvolvimento vários projetos estruturantes, entre os quais o projeto “Poeta”, com potencial para contribuir para a dinamização económica local. Sublinhou igualmente a necessidade de políticas nacionais mais eficazes de combate à desertificação do interior, fenómeno que afeta a generalidade dos concelhos do interior do país, sobretudo devido à escassez de emprego qualificado. Por último, destacou algumas medidas municipais de apoio às famílias, designadamente a gratuidade das creches, a oferta de manuais escolares e cadernos de atividades do 1.º ao 12.º ano de escolaridade e a atribuição de bolsas de ensino superior, tendo sido concedidas 59 bolsas, medidas que considerou constituírem um contributo relevante para o apoio às famílias do concelho.

2. RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2025:

A Presidente da Mesa colocou à discussão toda a documentação relativa ao ponto em título, a qual foi remetida a todos os membros, passando a palavra ao Executivo.

No uso da palavra o Presidente da Câmara Municipal começou por realçar a qualidade do relatório apresentado e o trabalho desenvolvido pelos funcionários na sua elaboração, à semelhança do que sucede com os restantes documentos previsionais e de prestação de contas. Referiu que a Prestação de Contas de 2025 reflete a atividade desenvolvida pelo Município em diversos domínios, salientando que uma parte significativa da execução corresponde ainda ao mandato anterior, uma vez que a tomada de posse dos atuais órgãos municipais ocorreu em 27 de outubro, na sequência das eleições autárquicas. Destacou que os resultados apresentados demonstram uma gestão rigorosa do orçamento municipal, garantindo a estabilidade financeira e permitindo dar continuidade a projetos considerados estruturantes para o desenvolvimento do concelho. Sublinhou ainda o cumprimento das disposições da legislação em vigor, nomeadamente no que respeita ao equilíbrio orçamental, registando-se uma taxa de execução superior a 85%. Informou que a execução da receita atingiu 96,30%, enquanto a execução da despesa apresentou igualmente níveis elevados. Referiu ainda que o saldo de gerência transitado do exercício anterior se manteve confortável, superando os quatro milhões de euros. Relativamente às despesas com pessoal, indicou que estas representaram 33,24% da despesa total do exercício. Destacou também o défice verificado no âmbito das competências transferidas na área da educação, esclarecendo que, em 2025, a diferença entre os encargos assumidos pelo Município e as verbas transferidas pelo Estado ascendeu a 260.462,66 euros. Sublinhou que esta situação confirma as reservas anteriormente manifestadas pelo Município relativamente aos processos de descentralização, esclarecendo que o Município não se opõe à assunção de novas competências, desde que estas sejam acompanhadas

dos correspondentes recursos humanos, materiais e financeiros. Concluiu referindo que os indicadores económicos e financeiros evidenciam uma situação financeira equilibrada e sustentável. Embora o resultado líquido do exercício tenha sido negativo, salientou que o objetivo de uma autarquia não é a maximização do lucro, mas sim a criação de melhores condições de vida para a população e a promoção do desenvolvimento do concelho.

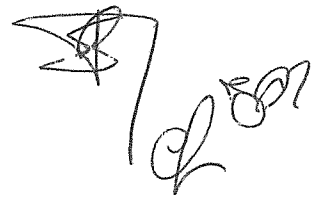
De seguida, intervieram:

- **Helena Herdadinha** referiu que o relatório demonstra um trabalho bem desenvolvido pelo executivo e serviços municipais, evidenciando uma gestão equilibrada, contas saudáveis e investimento no concelho. Contudo, assinalou que o documento apresenta um excedente de cerca de 3 milhões de euros e uma taxa de execução da despesa de aproximadamente 80%, questionando as razões para a não execução dos restantes 20% face às necessidades existentes e se foi extraída alguma conclusão desta situação. Mais inquiriu sobre a entrada de 1.217.000 euros em empréstimos, solicitando esclarecimentos sobre a sua aplicação concreta e o impacto futuro nas contas municipais, bem como o motivo de o saldo de gerência transitado, na ordem dos 2 milhões de euros, não ter sido aplicado na satisfação das carências do concelho. Por fim, manifestou preocupação com o envelhecimento dos recursos humanos do Município, onde apenas 2% dos trabalhadores têm menos de 30 anos e cerca de 57% têm mais de 50 anos, questionando se existe um plano de renovação e rejuvenescimento para assegurar a continuidade e a capacidade de resposta dos serviços.
- **Bruno Queirós** começou por reconhecer e agradecer o trabalho realizado na elaboração da prestação de contas, salientando que o relatório apresentado à Assembleia Municipal evidencia uma situação de estabilidade financeira do município, com cumprimento das regras orçamentais, equilíbrio das contas e ausência de dificuldades financeiras. Contudo, considerou que o mais importante não é apenas manter as contas equilibradas, mas sim a forma como os recursos são aplicados em benefício do concelho. Nesse sentido, manifestou algumas preocupações em nome do Partido Socialista, referindo que, apesar dos bons indicadores financeiros, persistem dificuldades na concretização do que é planeado. Destacou que os níveis de execução da despesa e do investimento ficam aquém do esperado, levantando dúvidas sobre a capacidade de transformar intenções e planeamentos em resultados concretos. Assinalou ainda a forte dependência das transferências do Estado, entendendo que esta situação revela alguma falta de estratégia para reforçar a autonomia financeira do município. Concluiu afirmando que, embora exista uma gestão financeiramente estável, esta lhe parece pouco ambiciosa do ponto de vista estratégico e com limitações evidentes ao nível da execução.

- **Maria Manuel** que, subscrevendo algumas das questões já levantadas pela Helena, centrou a sua intervenção em três pontos específicos do relatório. Relativamente à página 13, manifestou preocupação com os dados do absentismo, sublinhando que os acidentes de trabalho e as doenças profissionais mantêm o peso de 11% nas ocorrências do ano transato; face a isto, solicitou um detalhe sobre a tipologia destes acidentes e as medidas preventivas adotadas. De seguida, apontou para a página 17 e para a execução orçamental, questionando quais as razões que justificam que alguns indicadores da receita e da despesa apresentem níveis de execução inferiores a 80%. Por último, abordou a questão da incobrável da água exposta na página 40, assinalando com preocupação o aumento contínuo deste indicador e questionando quais as causas para o agravamento da situação, bem como as ações concretas previstas para inverter esta tendência.

Sobre as questões levantadas o Presidente da Câmara começou por esclarecer a questão da taxa de execução orçamental, referindo que, embora o ideal seja uma execução de 100%, existem frequentemente fatores externos que impedem a concretização total do orçamento. Salientou que uma execução superior a 80% é considerada positiva e permite ao município cumprir as regras de equilíbrio orçamental, dando como exemplo outros concelhos vizinhos que apresentam níveis muito inferiores. Relativamente às verbas não executadas, explicou que algumas obras e projetos transitam de ano para ano devido a dificuldades nos procedimentos, nomeadamente concursos públicos que ficam desertos, atrasando a sua concretização, dando o exemplo mais recente o caso do POETA. Quanto ao empréstimo municipal, esclareceu que foi contraído para financiar a aquisição de vários equipamentos e terrenos estratégico, incluindo a Tapada de São Joaquim, um terreno de três hectares em Sabugueiro destinado à zona industrial, a uma parte da Herdade de Mesquita e instalações do Grémio para o POETA. Sobre os recursos humanos, reconheceu que a estrutura de pessoal apresenta uma média etária elevada, superior aos 50 anos. No entanto, garantiu que o município tem vindo a reforçar os seus quadros à medida que surgem aposentações e novas necessidades, encontrando-se atualmente a decorrer concursos para assistentes operacionais, operadores de máquinas, jardineiro, assistentes técnicos e técnico de multimédia, entre outros procedimentos de recrutamento. Concluiu afirmando que o município está empenhado no rejuvenescimento e reforço dos recursos humanos.

Na segunda ronda de intervenções, usou da palavra **Filipe Simões** que, após apresentar formalmente escusas pelo seu atraso, referiu que a sua intervenção não visava formular uma questão concreta, mas sim apresentar uma reflexão global sobre o Relatório de Gestão e Contas. Considerou que a execução orçamental deve aproximar-se o mais possível dos valores previstos, entendendo que uma execução na ordem dos 80% poderá indiciar um desfasamento entre o orçamento elaborado e a capacidade efetiva de concretização das ações previstas, embora reconhecendo a existência de diversos fatores que podem influenciar esse resultado. Salientou



ainda que o debate político tende frequentemente a centrar-se na análise do passado, defendendo uma maior atenção ao futuro e às estratégias de desenvolvimento do concelho. Referiu a importância de concretizar investimentos e obras estruturantes capazes de atrair população, fixar jovens e empresas e promover a inovação e o desenvolvimento de Arraiolos. Manifestou igualmente alguma preocupação pelo facto de existirem cerca de dois milhões de euros disponíveis em tesouraria, considerando que esses recursos poderiam ser canalizados para responder a necessidades identificadas e para impulsionar projetos de desenvolvimento do concelho. Concluiu apelando a uma maior ambição na execução orçamental e na concretização de investimentos estruturantes para Arraiolos.

No uso da palavra para prestar esclarecimentos, o Presidente da Câmara Municipal abordou a questão referente à obra do Poeta, esclarecendo que, quando um concurso público fica deserto, a responsabilidade não pode ser atribuída exclusivamente ao município, tratando-se, sim, de um reflexo da conjuntura nacional, onde uma grande parte dos concursos para obras públicas não obtém concorrentes. Referiu ainda que a autarquia dispõe de uma candidatura aprovada para o projeto do Poeta com um cofinanciamento FEDER garantido no valor de 400 mil euros e que, ainda assim, o município decidiu avançar com o procedimento. Explicou que os dois milhões de euros em tesouraria, anteriormente mencionados, correspondem precisamente à verba cativa e necessária para fazer face à contrapartida municipal dessa empreitada, estando a ser desenvolvidos todos os esforços nesse sentido. Indicou que o valor inicial do concurso se fixava em 2.300.000 euros — montante que considerou bastante aceitável, por se tratar da remodelação de um edifício e não de um equipamento construído de raiz — mas que, após o procedimento ter ficado deserto, o valor base foi revisto e aumentado para 2.600.000 euros, mediante os necessários cálculos fundamentados. Por fim, informou que, face ao resultado deserto do concurso público, o Código dos Contratos Públicos (CCP) permite a adoção de um procedimento de ajuste direto pelo valor base fixado. Nesse âmbito, referiu que a autarquia tem vindo a contactar diversas empresas do setor para aferir o interesse na execução da obra do Poeta, concluindo e reiterando o seu total empenho e o desejo pessoal de ver aquela empreitada iniciada o mais brevemente possível.

Solicitando novamente a palavra, **Filipe Simões** referiu que, perante as dificuldades reiteradas na concretização do projeto, considera indispensável a adoção de uma nova estratégia que permita ultrapassar os atuais constrangimentos e assegurar o seu avanço. Salientou que, tratando-se de uma obra estruturante, emblemática e de referência para o concelho, não é aceitável permanecer numa situação de impasse ou de sucessivos adiamentos.

Acrescentou que, se os concelhos vizinhos conseguem concretizar os seus investimentos e atrair empresas para a execução das respetivas obras, Arraiolos — reconhecido, inclusivamente, pela sua credibilidade e pelo cumprimento atempado dos seus compromissos financeiros — também



deverá ser capaz de o fazer. Defendeu, por isso, a necessidade de encontrar soluções alternativas para a concretização desta importante intervenção para o concelho.

A Presidente da Assembleia Municipal reforçou que a Câmara Municipal é realmente reconhecida pelo cumprimento dos seus compromissos financeiros, salientando, contudo, que as dificuldades na concretização de obras públicas não são exclusivas do concelho de Arraiolos, constituindo antes uma realidade partilhada por diversos municípios do país. Referiu que o elevado volume de investimento público associado ao atual quadro comunitário de apoio tem gerado uma procura superior à capacidade de resposta dos empreiteiros, o que tem conduzido, em alguns casos, à ausência de concorrentes nos procedimentos concursais. Acrescentou ainda que esta situação é reconhecida por autarquias de diferentes orientações políticas e que já se verificava anteriormente. Concluiu, questionando o Presidente da C. M. sobre se pretendia pronunciar-se acerca do assunto, tendo o mesmo, referido que não existe nenhuma Câmara dos catorze concelhos do Distrito de Évora que não enfrente situações semelhantes, tratando-se de uma realidade de âmbito nacional. Acrescentou que as soluções disponíveis são limitadas, passando por um eventual reforço do valor inicialmente previsto, na ordem dos 300 a 400 mil euros, com a consequente abertura de novo concurso público, ou pela celebração de um ajuste direto com uma empresa que aceite executar a obra pelo valor base. Salientou ainda que todo o processo envolveu um trabalho significativo, recordando que o empréstimo contraído se destinou à aquisição das instalações e que foi necessário proceder à elaboração do respetivo projeto de arquitetura. Informou igualmente que já foram desenvolvidos alguns contactos com o PACT, com vista ao avanço do projeto, faltando apenas o início da obra. Contudo, reconheceu que as dificuldades existentes têm sido difíceis de ultrapassar, reiterando que gostaria que a obra já tivesse sido iniciada.

De seguida a Presidente da Assembleia Municipal colocou a documentação à votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 15 votos favoráveis (eleitos da CDU e PSD) e 6 abstenções dos eleitos do P.S.

3. PROPOSTA DE NÃO TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS DE ARRAIOLOS, VIMIEIRO, IGREJINHA E UNIÃO DE FREGUESIAS DE S. GREGÓRIO E SANTA JUSTA:

A Presidente da Mesa colocou à consideração a seguinte proposta:

“Considerando que:

- Quer a Lei n.º 50/2018 (crf. O seu artigo 39º, n.º 4) quer o Decreto-lei 57/2019 (cfr. o seu artigo 2º, n.º 3) permitem manter as competências transferidas por lei dos municípios para as freguesias na esfera da competência dos municípios;*

- *Estamos perante uma cláusula de salvaguarda que permite à Assembleia Municipal contrariar os efeitos decorrentes da lei de transferência de competências para as freguesias caso nada deliberasse em contrário;*
- *Foram discutidas e analisadas, com todos os órgãos executivos das freguesias do concelho de Arraiolos, as competências constantes no número 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril;*
- *Após as reuniões realizadas, a Câmara Municipal de Arraiolos e cada uma das Juntas/União de Freguesia acordaram uma proposta de transferência de recursos para as freguesias, com vista ao exercício de competências, que por amplo consenso, se consideraram essenciais para a salvaguarda do interesse público, da promoção da coesão territorial, da melhoria da qualidade da prestação dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;*

Assim:

- *Conforme previsto no número 3, do artigo 2.º do Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril, a Câmara Municipal de Arraiolos, reunida a 22 de dezembro de 2025, propõe à Assembleia Municipal de Arraiolos que delibere não transferir as competências c), d), e), g), h), i), j), k), l) e m) do número 1, do artigo 2.º, do Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril, por considerar que as mesmas são indispensáveis para a gestão direta pelo município de espaços, vias, e equipamentos de natureza estruturante para o município ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda a população e a todo o território concelhio*

Usando da palavra, o Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, inicialmente, existiu o entendimento de que apenas seria necessária para as freguesias desagregadas. No entanto, posteriormente, os serviços concluíram que o procedimento correto teria sido a sua realização para todas as restantes freguesias, uma vez que se encontrava em curso um novo mandato.

Não havendo inscrições para intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

4. PROPOSTAS DE AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A CELEBRAR COM AS FREGUESIAS DE ARRAIOLOS, VIMIEIRO, IGREJINHA E UNIÃO DE FREGUESIAS DE S. GREGÓRIO E SANTA JUSTA:

A Presidente da Assembleia Municipal apresentou as minutas dos autos de transferência de recursos destinados ao exercício das competências legalmente transferidas para as Juntas de Freguesia em título, questionando os presentes sobre a existência de alguma questão ou

observação a apresentar e, não havendo intervenções, propôs que as minutas fossem votadas em conjunto.

As propostas foram colocadas a votação e aprovadas, por unanimidade.

5. PROTOCOLO A ESTABELECEER COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VIMIEIRO:

A Presidente da Assembleia Municipal submeteu à consideração do Presidente da Câmara Municipal a proposta de protocolo, tendo este informado que a mesma se destina a apoiar a realização da Feira Anual de Vimieiro.

Referiu ainda que o apoio contempla três vertentes: uma comparticipação financeira até ao montante máximo de 23.080 euros; o fornecimento de som, luz e palco, num valor máximo de 31.000 euros, sendo que, por já se encontrar em curso o procedimento de contratação destas infraestruturas, o mesmo será assegurado pela Câmara Municipal; e, ainda, a prestação do necessário apoio logístico à realização do evento.

Sobre a proposta intervieram:

- **Maria Manuel** tomou a palavra para apresentar duas observações, a primeira incidiu sobre a necessidade de correção do texto relativo ao estado civil do Presidente da Câmara Municipal, uma vez que este se encontra incorretamente indicado no feminino. Relativamente à segunda observação, questionou a origem do montante de 23.080€, solicitando esclarecimentos quanto aos critérios ou pressupostos que estiveram na base da sua determinação, por se tratar de um valor aparentemente arredondado.
- **António Garcia**, Presidente da Junta de Freguesia de Vimieiro, cumprimentou os presentes e referiu que os esclarecimentos sobre o financiamento seriam, de certo, prestados pelo Presidente da Câmara. Salientou que o protocolo em apreciação tinha um carácter específico para a Junta de Freguesia de Vimieiro, distinguindo-se das restantes transferências de recursos anteriormente efetuadas. Referiu ainda que a iniciativa do protocolo partiu do Presidente da Câmara, agradecendo a sua disponibilidade e colaboração, evidenciando que o objetivo do protocolo será reforçar a valorização e o desenvolvimento da Feira de Vimieiro, promovendo uma organização mais eficiente e eficaz. Considerou que a centralização da organização permitiria uma melhor coordenação dos trabalhos, facilitando a gestão dos recursos e evitando constrangimentos operacionais. Concluiu, sublinhando a importância do protocolo para a realização e crescimento da Feira de Vimieiro, manifestando o seu agradecimento pelo apoio prestado.

O Presidente da C. M. informou que o lapso identificado seria corrigido e esclareceu que os valores em causa tiveram por base os procedimentos adotados, em anos anteriores, pelas duas entidades



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

envolvidas. Referiu que a Câmara Municipal suportava despesas no montante de 16.200 euros, valor esse que foi considerado no âmbito da transferência de competências, passando essa responsabilidade a ser assumida exclusivamente pela Junta de Freguesia. Acrescentou ainda que a Câmara Municipal assegurava igualmente o financiamento de projetos locais, incluindo iniciativas promovidas por pessoas, bandas e outros projetos ligados ao Vimeiro, num montante de cerca de 6.000 euros.

Assim, explicou que o valor global de 23.080 euros resulta da soma dos 16.200 euros anteriormente referidos com os cerca de 6.000 euros destinados ao apoio a projetos. Concluiu afirmando que o valor a aplicar na Feira do Vimeiro seria, na prática, semelhante ao aplicado no ano anterior.

Não se registando mais intervenções ou pedidos de esclarecimento, a Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

De seguida, deu a palavra à 1.ª Secretária para proceder à leitura da minuta das deliberações, elaborada nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Submetida à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelas 21 horas e 56 minutos, da qual e para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada pela Assembleia, será assinada pela Mesa.

